

# Um ano com o FMI

Quando a fase 1 das negociações com o FMI começou, o País já não ia bem. Tudo indica que a fase 2 das negociações, que começa a formalizar-se hoje, será pior.

Inflação a 200% ao ano, salários corrigidos abaixo de um INPC já desacidatizado, mais Imposto de Renda, mais desemprego, maior ociosidade industrial e, pior, a expectativa de mais recessão nos próximos meses, por conta do acordo externo que prevê maior restrição monetária.

Tudo isso traz a perspectiva de que a fase 2 de renegociação da dívida externa brasileira, que começa a formalizar-se hoje com a aprovação pelo FMI do adendo à 3ª Carta de Intenções, possa ser mais difícil do que a fase 1, iniciada após o setembro negro de 82.

Há um ano, as autoridades ainda degustavam a inflação de 3,7% em setembro — a menor taxa dos 39 meses precedentes, desde junho/79. E a inflação não passou dos 4,8% em outubro e dos 5% em novembro, números que podem inspirar os saudosistas. A 1ª de janeiro deste ano, técnicos do primeiro time da FGV ainda previam 85% de inflação em 83, e a Fiesp ainda se referia a 80% mesmo depois dos 9% de janeiro (O Estado de S. Paulo de 4/2/83). "Temos que fazer força para que isso aconteça. E eu tenho que acreditar que será possível manter esse índice" — afirmou então o presidente Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho. Aos poucos, porém, as previsões eram reajustadas. A população já esperava 120% no início de abril, segundo uma pesquisa do Gallup, e, no final desse mês, Uriel de Almeida Magalhães, da FGV, já se referia a 135%. Em maio, Antonio Carlos Lemgruber, da FGV, já previa 170%, mas a estimativa, que parecia pessimista, foi superada. A publicação Suma Econômica prevê 223,8% como o número final deste ano, mas agora poderá estar exagerada, caso a inflação fique ao redor dos 8% este mês — e não nos 10,9% referidos pela revista.

— As perspectivas do final do ano passado e deste ano são muito semelhantes — argumenta o vice-presidente executivo do

Itaú, Sérgio de Freitas. — Vinhamos de maus resultados, durante o ano, que estavam sendo contornados por uma promessa de bons resultados no ano subsequente, conforme a 1ª Carta de Intenções. Em 83, obviamente, tudo andou mal — a única ressalva é que conseguimos sobreviver. Novamente estamos fazendo uma promessa de bom comportamento no ano que vem, portanto naturalmente partindo de uma base pior do que aquela com que se trabalhou no ano passado. Acho que há uma grande semelhança entre este ano e a situação anterior.

— Quando foram iniciadas as negociações com o FMI, para um crédito stand-by, em decorrência da insolvência externa do País no início do 4º trimestre de 82, a situação interna do País era sem dúvida melhor do que a atual, e provavelmente o poder de barganha no plano externo fosse superior — considera o professor José Paschoal Rossetti, da Universidade Mackenzie. No plano interno, o estado generalizado de estagnação piorou em suas duas pontas — a da inflação e do desemprego.

— A taxa inflacionária anualizada praticamente duplicou e a expansão do desemprego combinado com a ociosidade do parque produtivo expandiu-se. Em função dessa estagnação, o Produto Bruto de 1982, que havia alcançado uma ligeira taxa positiva (próxima de 1%), este ano deverá registrar forte taxa negativa, seguramente a mais pronunciada da história econômica recente do País.

No plano externo, segundo Rossetti, "a situação de reservas do País não melhorou. Contrariamente, houve uma perda de liquidez internacional. O País esgotou suas possibilidades de recursos a direitos de saques não contingenciados junto ao FMI (tranche e DES), monetizou praticamente suas reservas de ouro e não recompôs os saldos até então positivos de divisas conversíveis. Isto significa que o processo de ajustamento interno e externo da economia brasileira, no decurso de todo um ano de negociações, desagiuou no agravamento da situação interna e na manutenção do estado externo de insolvência".

Para Sérgio de Freitas, vice-presidente do Banco Itaú, "o Brasil terá que negociar outra vez sua dívida, não há a menor dúvida. Vamos continuar com a água um pouco acima do nariz. Você só não morre porque consegue ficar um pouco na ponta dos pés para respirar. Algum acordo maior terá que ser feito, mas isto não será possível para o ano que vem. O novo acordo dependerá de condições do Brasil e dos credores, porém mais dos credores. Lá fora, não sinto condições para isso sem que haja um disparador de crise. O Brasil deve US\$ 100 bilhões e com juros de 7 a 8% ao ano, já serão US\$ 200 bilhões de dívida em oito anos. Isto só pode ser pago com o dobro de exportações de mercadorias, o que é simplesmente inconcebível".

Rossetti e Freitas concordam que os próximos meses serão difíceis. Para o professor da Universidade Mackenzie, "o tom recessivo da negociação recentemente concluída com o FMI não encoraja perspectivas otimistas para o próximo ano. O instrumental de política econômica acertado no novo acordo poderá exercer algum efeito redutor da taxa inflacionária, mas nada garante que bloqueará o percurso recessivo, nem mesmo removerá duradouramente a asfixia cambial do País. Em troca de obtenção de novos aportes internos exigíveis, que em essência significam maior endividamento, os condutores da política econômica brasileira estão oferecendo o sacrifício de uma recessão maior e de um consequente rebaixamento do Produto e da renda per capita da sociedade. Entendo os termos desta renegociação como socialmente equivocados e internacionalmente mal conduzidos".

Rossetti, admitindo a necessidade de que ocorra alguma forma de "partilha internacional das responsabilidades" ante o grau de endividamento, sugere que será preciso "negociar um rompimento algo audacioso da forma como vem sendo suportado pela sociedade brasileira o serviço do endividamento externo".

Uma expectativa para indicadores econômicos e itens essenciais para a vida das pessoas e das empresas está a seguir:

## INFLAÇÃO

A inflação deverá ser menor em novembro e dezembro, mas continuará alta. Sílvio Luiz Bresser Pereira, diretor do Pão de Açúcar, prevê um nível próximo dos 8% ao mês para os alimentos no último bimestre. "A perspectiva para o final deste ano é boa. Os gêneros essenciais — arroz, feijão, soja, milho — chegaram aos patamares de sustentação. A inflação agrícola — com frustrações de safra no Brasil e Estados Unidos — co-



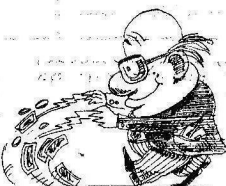
meça a ser residual. Não há pressões fortes. De qualquer forma, patamares de 8% são muitos altos, embora menores do que os dos últimos quatro meses." O Índice de

Preços no Atacado da FGV para gêneros alimentícios cresceu 333% nos 12 meses terminados em outubro, contra 82,8% em outubro de 1982, os preços ao consumidor cresceram 234%, nos 12 meses até outubro, após os 15,2% de setembro e os 14,4% de outubro.

— Não acredito que se volte aos patamares alucinantes de 10 a 14% — adverte Bresser Pereira —, mas é possível esperar 8% ou menos, o que é ainda muito alto.

## JUROS

A tendência dos juros é continuarem reais, como está no adendo à 3ª Carta de Intenções ao FMI. Isto é mais provável por causa da promessa de redução substancial do crescimento da oferta monetária, que junto com o déficit público serão avaliados pelo FMI no final do primeiro trimestre de 1984.



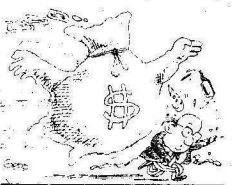
"É porém essencial reduzir a taxa de juros para viabilizar uma recuperação econômica", advertiu o ex-

ministro Mário Henrique Simonsen no programa "Crítica e Autocrítica", promovido pela Gazeta Mercantil e que foi ao ar domingo pela TV Bandeirantes. Com juros reais, haverá mais recessão, menor estímulo ao consumo e favorecimento da poupança financeira.

## PRODUTO INTERNO

O PIB brasileiro deverá, segundo fontes do governo, cair de 5 a 6,6% em 1983 — foram números atribuídos a Akihiro Ikeda, da Seplan, e a outras fontes do próprio Ministério do Planejamento.

O professor José Paschoal Rossetti, da Uni-

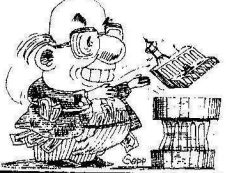


versidade Mackenzie, estima uma queda menor — entre 3 e 4%, "mais para os 4%". Suas previsões são de que

o PIB industrial se reduza de 8%, o comércio de 3,5%, o item transportes e comunicações cresça de 0,5%, e outros serviços, caia 1%. O produto agrícola deve ficar ao nível de crescimento zero, em face dos bons resultados da cana-de-açúcar e do café.

## HABITAÇÃO

Com o Decreto-Lei nº 2.065, haverá uma certa compatibilização entre os aumentos de salários e os reajustes das prestações do SFH (que durante dois anos poderão ser iguais a 80% do reajuste do salário mínimo). Na opinião de Romeu Chap-Chap, presidente do Secovi, "o 2.065 foi a melhor coisa que ocorreu nos últimos tempos para reativar o setor de construção". Chap-Chap prevê que a próxima decisão favorável será a



anistia fiscal para que novos recursos sejam aplicados na área.

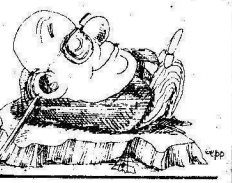
O presidente do Secovi estima que 300 mil empregos (dos quais 100 mil diretos e 200 mil indiretos) terão sido destruídos em 1983 com a crise que re-

duzirá de 2/3 a produção imobiliária.

Pesquisa do Secovi sobre cem empresas mostra que a velocidade de vendas por unidades oferecidas reduziu-se de 48,3% no 1º trimestre de 1982 para 26,1% no 4º trimestre do ano passado, declinando progressivamente em 1983 para 20,5%, 17% e 12,6%, respectivamente no 1º, 2º e 3º trimestres. Em quatro trimestres, o desemprego direto atingiu 53%, tendendo a 65% até o final do ano.

## DESEMPREGO

O professor José Paschoal Rossetti estima um índice de desocupação, que engloba o desemprego e a ociosidade do parque industrial. A ociosidade global — no seu conceito — foi estimada em 25% para 1982,

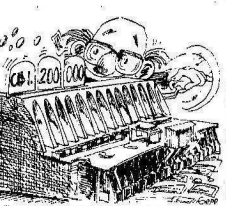


com destaque para 29% do se-

tor de bens de capital, evoluiu para cerca de 30% atualmente e deverá situar-se num nível ainda pior ao final deste ano. "A ociosidade do capital até o fim do ano deverá estar entre 35 e 40%", estima Rossetti.

## VAREJO

Em setembro último, a queda das vendas do comércio varejista foi de 12,7% em relação a setembro/82, mês em que o crescimento havia sido nulo em relação a setembro/81. No período janeiro/setembro, sobre idêntica fase de 1982, a queda foi de 10%, mas deverá ser maior quando forem divulgados os dados



de outubro, que são muito maus — segundo o economista Marcel Solimeo, diretor do Instituto de Econo-

mia "Gastão Vidigal", da Associação Comercial de São Paulo.

— A situação, em termos concretos, era melhor em 1982 — considera Solimeo — seja por indicadores de vendas do comércio, seja de insolvências, porque as eleições lubrificaram um pouco a economia. A expectativa era mais favorável.